



Exílio babilónico de «Israel»: realidade histórica e propaganda

Autor(es): Gonçalves, Francolino J.

Publicado por: Instituto Oriental da Universidade de Lisboa

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/24202>

Accessed : 6-Nov-2020 11:11:40

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

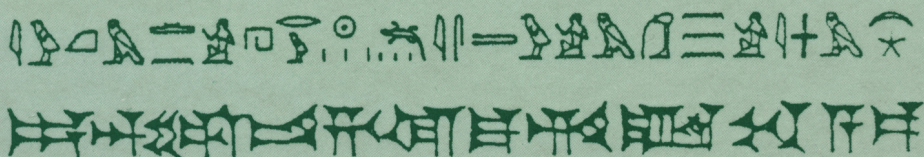
CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa

10

Actas do Colóquio Internacional

SOCIEDADE, RELIGIÃO E LITERATURA
NO PRÓXIMO ORIENTE ANTIGO



EXILIO BABILÓNICO DE «ISRAEL».

REALIDADE HISTÓRICA E PROPAGANDA

Por FRANCOLINO J. GONÇALVES

École Biblique et Archéologique Française, Jérusalem

Introdução

A Bíblia está cheia de histórias de emigração e exílio, sendo a primeira a expulsão da humanidade do jardim do Éden (Gn 3,23-24). Correlativamente, conta histórias de imigração e de regresso. Sendo variações sobre o mesmo tema, algumas dessas histórias devem inspirar-se umas nas outras, mas é difícil saber quais foram os modelos e quais as cópias. As que ocupam mais lugar têm por cenário o Egito e a Babilónia. O êxodo do Egito e o exílio na Babilónia estão entre os temas mais frequentes e mais relevantes da Bíblia hebraica e marcaram profundamente os seus primeiros herdeiros, porventura mais o judaísmo do que o cristianismo⁽¹⁾.

Reserva-se o nome de «exílio» à deportação resultante da conquista do reino de Judá pela Babilónia entre 597 e 587/6 a. C. O exílio tornou-se o ponto de referência tradicional da história bíblica. Esta divide-se entre o período que o precede e o período que o segue⁽²⁾. Os estudos histórico-críticos adoptaram esta mesma divisão. A maioria dos historiadores retocou-a no sentido de uma maior precisão, distinguindo na história do chamado «antigo Israel» o pré-exílio, o exílio e o pós-exílio. Alguns falam dos períodos do primeiro e do segundo templo ou dos períodos monárquico e pós-monárquico mas o ponto de referência é sempre o mesmo, pois, segundo a opinião geral, a destruição do templo salomónico e a supressão da monarquia judaica foram, como o exílio, consequências da conquista babilónica.

As divisões da história do «antigo Israel» estenderam-se à arqueologia palestinense, a qual considera 587/6 a. C. como o fim do período do ferro. Tendo sido concebida como a serva da história do «antigo Israel», é natural que a arqueologia da Palestina fosse modelada, na medida do possível, à imagem da sua senhora.

Diga-se de passagem que o «Israel» e o «antigo Israel» de que falamos não são obviamente o reino de Israel, o qual fora extinto em 722/1 a. C. Neste contexto, «Israel» é outra realidade a que a tradição bíblica - e toda a gente com ela - também dá esse nome. É uma realidade dificilmente delimitável, pois os seus contornos flutuaram no decorrer dos séculos e nunca coincidiram com as fronteiras de uma entidade política. Com frequência dois ou mais grupos disputaram-se o título de Israel. O «antigo Israel» é uma espécie de projecção desse Israel ideológico/teológico na história do Próximo Oriente. Baseando-se no conhecimento dessa história, mas sobretudo nos relatos bíblicos, os historiadores tentam situar o Israel ideológico no quadro histórico do Próximo Oriente antigo. O resultado dessa operação é a chamada «história do antigo Israel».

1. Versão bíblica da conquista babilónica de Judá e das suas consequências

Recordo os grandes traços do quadro que pintam os relatos de 2 R 24-25, Jr 37-43, 52⁽³⁾ e 2 Cr 36 da conquista babilónica do reino de Judá e das suas consequências. No decurso de duas campanhas militares, Nabucodonosor destruiu Jerusalém e o seu templo. Executou dezenas de pessoas⁽⁴⁾; deportou milhares de outras para a Babilónia⁽⁵⁾, nomeadamente os reis Joaquin ⁽⁶⁾ e Sedecias ⁽⁷⁾. Só deixou em Judá a gente pobre⁽⁸⁾. Pouco tempo depois, parte dela foi assassinada por Ismael⁽⁹⁾ e o resto refugiou-se no Egipto⁽¹⁰⁾. Como consequência, o território de Judá ficou sem habitantes. 2 Cr 36 só distingue entre os hierosolimitanos que foram mortos (v. 17) e os que foram feitos prisioneiros (v.20). Além disso, inspirando-se em Lv 26,33-39, atribui uma finalidade religiosa ao despovoamento: sem ninguém para a trabalhar, a terra pôde, por fim, gozar os sábados que lhe tocavam (v. 21).

2 R 25,21^b e Jr TM 52,27^b concluem o relato das campanhas de Nabucodonosor em Judá com a seguinte afirmação: «Assim, Judá foi deportado/exilado (*glh*) da sua terra». A partir desse momento, Judá já não vive na sua terra, mas sim na Babilónia⁽¹¹⁾. Repare-se que tanto os livros dos *Reis* (25,27-30) como o livro de *Jeremias* (52,31-34) terminam com a amnistia de Joaquin, rei de Judá, que tem Babilónia por

cenário. Esses livros conduzem o leitor a Babilônia, onde está Judá. Lá o deixam sem lhe dizer se Judá vai ficar na Babilônia por um tempo ou para sempre⁽¹²⁾. A amnistia de Joaquin é sem dúvida um sinal positivo mas tudo indica que só diz respeito à pessoa do rei. Nem sequer a ele se anuncia o regresso a Judá⁽¹³⁾. Em todo o caso, não diz nada sobre o futuro do povo. Pelo contrário, 2 Cr 36,20-21 não deixa qualquer dúvida quanto ao carácter provisório do exílio, que durará até à tomada do poder pelos Persas ou seja durante os setenta anos anunciados por Jeremias ⁽¹⁴⁾. Logo a seguir, 2 Cr 36,22-23 dá a notícia do édito de Ciro decretando o fim do exílio e inaugurando uma nova era na história de Israel. O livro de *Esdras*, que começa com a mesma notícia (Esd 1,1-3.^a), prossegue, juntamente com o livro de *Neemias*, o relato dessa história, contando o regresso de Israel do exílio e a restauração das suas instituições, pelo menos de parte delas, em Jerusalém.

Os autores dos livros de *Esdras* e *Neemias* partilham essas ideias. Para eles, os *b^{en}é haggôlá* (literalmente, «Os filhos do exílio») - um dos nomes que com frequência dão aos «retornados» e aos que com eles se identificam ⁽¹⁵⁾ - são Israel. Com o regresso dos *b^{en}é haggôlá* à Judeia, é Israel que volta à sua terra. Os livros de *Esdras* e *Neemias* expressam essa ideia apresentando o regresso dos *b^{en}é haggôlá* e a sua instalação na Judeia como réplicas do êxodo e da instalação dos Israelitas em Canaã⁽¹⁶⁾. É por isso que declaram os habitantes da Judeia⁽¹⁷⁾ estrangeiros (Esd 4,1-5), membros dos povos de Canaã (Esd 9,1-4), com os quais os retornados não podem misturar-se (Ne 9,2.29), e sobretudo não podem casar-se⁽¹⁸⁾.

2. Opiniões dos historiadores modernos

Os historiadores modernos não tomam os relatos bíblicos à letra, pelo menos no tocante ao despovoamento total de Judá. Pelo contrário, pensam que a maioria da população ficou na sua terra. No entanto, é opinião aceite que ficaram só as classes sociais mais pobres e mais incultas, sem verdadeiras cabeças dirigentes. Inteiramente ocupados com a luta pela subsistência, os Judeus da Palestina não teriam tido as condições indispensáveis para o desenvolvimento material e ainda menos para a criação cultural e religiosa. Isso teria sido o privilégio dos exilados que constituíam as classes superiores da sociedade judaica e viviam num ambiente mais favorável sob todos os pontos de vista. Embora a maioria tivesse ficado na sua terra, a alma do povo teria ido para a Babilônia, onde teria ficado até ao regresso dos primeiros grupos de deportados umas décadas mais tarde⁽¹⁹⁾. Por outras pala-

vras, a versão bíblica do exílio seria Inexacta ao afirmar o despoamento completo de Judá mas seria verdadeira ao dizer que o centro de gravidade de Israel se tinha deslocado para a Babilónia. Este pressuposto condicionou a maioria dos estudos sobre a história dos Judeus durante o período babilónico e até durante o período persa. Por exemplo, Purvis divide a história desses tempos em três partes (número de deportados, a sua vida na Babilónia e a diáspora no Egito), nenhum dos quais trata dos Judeus que ficaram na Palestina⁽²⁰⁾.

Diga-se de passagem que os historiadores usam com frequência, de modo inconsciente ou consciente, a diáspora e o sionismo modernos como chave de interpretação da história judaica durante os períodos babilónico e persa. A linguagem que usam não deixa qualquer dúvida a esse respeito. Como exemplo, assinalo os títulos que alguns tradutores e exegetas dão a Esd 1-2 e Ne 7. Assim, a chamada *Bíblia de Jerusalém* intitula: Esd 1, «Retorno dos sionistas»; Esd 2, «Lista dos sionistas»; Ne 7,6-72, «Lista dos primeiros sionistas»⁽²¹⁾. Chouraqui intitula Esd 2 «Les Olim»⁽²²⁾, limitando-se a transliterar *'olim*, o termo hebraico que designa os «retornados» da Babilónia nos vv. 1 e 59 desse capítulo⁽²³⁾. Ora, *'olim* foi o termo adoptado em neo-hebraico para designar os imigrantes judeus na Palestina moderna. Dando por título a Esd 2 uma simples transliteração do termo que designa os «retornados» da Babilónia em hebraico bíblico e os imigrantes judeus na Palestina em hebraico moderno, Chouraqui leva ao extremo o amálgama das duas realidades. Blenkinsopp faz outro tanto ao referir-se a Esd 2 e Ne 7,6-76 com a expressão «recenseamento da primeira *'al/ya*»⁽²⁴⁾, o termo *'aliya* (literalmente, «subida») significando em neo-hebraico a imigração judaica na Palestina moderna⁽²⁵⁾.

Que eu saiba, Torrey foi o primeiro a rejeitar a versão corrente da história de Judá nos períodos babilónico e persa⁽²⁶⁾. Embora de maneira menos radical, houve outros historiadores que questionaram a opinião comum sobre o exílio⁽²⁷⁾, mas durante muito tempo as suas vozes ficaram isoladas e tiveram pouco eco. A contestação é hoje bastante generalizada, como mostram, por exemplo, as comunicações feitas na reunião do «Seminário Europeu sobre a Metodologia no estudo da História de Israel», que teve lugar em Lausana de 27 a 30 de Julho de 1997. Essas comunicações foram publicadas num volume a que se deu o título de *Levando cativo o Cativo. O 'Exílio' como história e ideologia*⁽²⁸⁾. Os próprios arqueólogos dão a sua achega à contestação⁽²⁹⁾. Muitos historiadores consideram que a divisão da história do «antigo Israel» em pré-exílio, exílio e pós-exílio é inadequada e propõem o seu abandono⁽³⁰⁾.

3. Propósito do estudo

Não é minha intenção relatar a história da conquista babilónica do reino de Judá (597-587/6 a. C.). Já de si muito difícil, a tarefa seria impossível no contexto desta comunicação. Proponho-me só destrinçar, na medida do possível, as consequências dessa conquista e as interpretações que delas dá a Bíblia. A comunicação dividir-se-á naturalmente em duas partes. A primeira, a mais longa, é de teor histórico. Destina-se a fazer o balanço das consequências, sobretudo das consequências demográficas, da conquista babilónica. Servir-me-ei da Bíblia, praticamente a única fonte, mas deitarei também mão dos poucos dados que fornece a arqueologia palestinense e as epigrafias mesopotâmica e egípcia. Na segunda parte procurarei isolar as principais interpretações das consequências da conquista babilónica que a Bíblia documenta, identificar os diferentes grupos que se expressam nessas interpretações e determinar os objectivos que prosseguem.

AS CONSEQUÊNCIAS DA CONQUISTA BABILÓNICA DO REINO DE JUDÁ

1. Consequências demográficas

É impossível conhecer com precisão as consequências demográficas da conquista babilónica por falta de dados fidedignos relativos, por um lado, à população total que tinha Judá nos começos do séc. VI a. C. e, por outro lado, ao número de deportados, refugiados e mortos que então houve.

1.1. População total do reino de Judá nos começos do século VI a. C.

Abundam na Bíblia hebraica as aparentes estatísticas demográficas mas a grande maioria não tem qualquer valor histórico. De aí que se prescinda delas quando se trata de determinar a população dos reinos de Israel e de Judá ou, ulteriormente, da Judeia. Os estudos recentes fazem cálculos - muito aproximativos - sobre a densidade demográfica dos territórios correspondentes em geral e dos seus po-

voados em particular, tendo em conta os recursos naturais e a situação económica⁽³¹⁾.

Num estudo publicado em 1992, Broshi e Finkelstein calculam em cerca de 110.000 habitantes a população do reino de Judá e em 400. 000 a população total da Palestina em meados do séc. VIII a.

C.⁽³²⁾ A população de Judá aumentou com a chegada de refugiados aquando da conquista do reino de Israel e da anexação do seu território pela Assíria em 722/1 <³³>. No entanto, os efeitos desse crescimento não foram duradouros. Uns vinte anos mais tarde, em 701, o reino de Judá perdeu uma parte da sua população. Senaqueribe gloriase de ter deportado de Judá 200.150 pessoas. O número é certamente muito exagerado⁽³⁴⁾ mas é impossível saber o número exacto⁽³⁵⁾. Senaqueribe não substituiu os deportados com gentes trazidas de outros lados. Segundo Na'aman, só com o crescimento natural, o reino de Judá não pôde compensar essa perda demográfica. A população de Judá seria menos numerosa em tempos de Josias (640-609 a. C.) do que em tempos de Ezequias (726/716[?]-687 a. C.)⁽³⁶⁾.

1.2. Número de mortos

Os relatos bíblicos mencionam a execução dos filhos de Sede-cias⁽³⁷⁾, de cinco dignitários religiosos, de dois dignitários militares, de cinco (2 R 25,19) ou de sete (Jr 52,25) cortesãos e de sessenta cidadãos ⁽³⁸⁾, isto é, um total de cerca de oitenta pessoas ⁽³⁹⁾. 2 R 25,25 e Jr 42,2-3 contam que, mais tarde, Ismael assassinou Godolias e todo o seu séquito mas não dão o número de pessoas.

1.3. Número de deportados para a Babilónia

Os únicos testemunhos directos da deportação de Judeus para a Babilónia são os textos bíblicos. No entanto, o facto da deportação é confirmado por quatro listas de pessoas que recebiam provisões de azeite mensais da fazenda pública babilónica em tempos de Nabucodonosor⁽⁴⁰⁾. Designam-se habitualmente essas listas por A, B, C⁽⁴¹⁾ e D. Joaquin, rei de Judá, figura nas quatro, juntamente com pessoas originárias de Ascalon, Tiro, Biblos, Arvad, Elam, Média, Pérsia, Egipto, Jónia e Lídia. As listas B, C e D mencionam também cinco filhos de Joaquin. Na A aparecem um tal Ur-milki, qualificado de judeu e mais três pessoas com nomes judaicos: Gadi-ilu ⁽⁴²⁾, Chalamyama ⁽⁴³⁾ e Samakuyama⁽⁴⁴⁾. A lista B inclui oito judeus anónimos.

Os dados bíblicos relativos às deportações de Judeus para a Babilônia são muito complexos. De aí que a sua interpretação seja discutida. Limito-me a recordar esses dados e a assinalar as suas principais interpretações. Excepto 2 Cr 36, que parece supor uma única deportação, 2 Reis e Jeremias mencionam mais do que uma mas divergem quanto ao número de deportações e de deportados. O TM de Jr 52,28-30 dá a notícia mais completa e precisa. Embora essa notícia não conste na LXX nem na *Vetus Latina* ^{<45\} ou ainda no texto paralelo de 2 R 24,18-25,30, ninguém duvida do seu valor histórico. Jr TM 52,28-30 regista três deportações, indica as suas datas, dá o número dos deportados em cada uma delas e o seu total. Nabucodonosor, no sétimo ano do seu reinado, deportou três mil e vinte e três Judeus (v. 28) e no décimo oitavo ano, oitocentos e trinta e dois Hierosolimitanos (v. 29). No ano vinte e três de Nabucodonosor, Nebuzaradan, chefe da guarda, deportou setecentos e quarenta e cinco Judeus (v. 30^a). O total de pessoas deportadas foi de quatro mil e seiscentas (v. 30^b).

A data da primeira deportação coincide com a data da conquista de Jerusalém dada pela Crónica Babilónica (BM 21946). Com efeito, a dita Crónica informa que no mês de Kislev do sétimo ano do seu reinado (entre 18 de Dezembro de 598 e 15 de Janeiro de 597 a. C.), Nabucodonosor fez uma expedição ao Hatti, sitiou a cidade de Judá, conquistou-a no dia 2 do mês de Adar (15/16 de Março de 597), fez prisioneiro o rei, substituiu-o por outro e cobrou um valioso tributo⁽⁴⁶⁾. A versão bíblica desses acontecimentos lê-se em 2 R 24,10-17. A Crónica Babilónica e 2 R 24,10-17 concordam quanto ao cerco e à conquista de Jerusalém, à prisão e à substituição do rei. O relato bíblico é mais completo do que a relação babilónica e especifica alguns dos pontos comuns. Assim, nomeia os dois reis de Judá: Joaquin, o que foi deposto, e Sedecias, o que foi imposto. Acrescenta que Sedecias era tio de Joaquin e se chamava Matanias mas Nabucodonosor mudou-lhe o nome. Informa também que Joaquin se tinha rendido juntamente com a sua corte, com a qual foi deportado para a Babilónia. Por outro lado, 2 R 24,10-17 dá notícias que não constam na Crónica Babilónica. E o caso da deportação de milhares de habitantes de Judá. Segundo o v. 14, Nabucodonosor deportou Jerusalém inteira⁽⁴⁷⁾, todos os seus chefes, todos⁽⁴⁸⁾ os guerreiros, em número de dez mil, todos os artesãos e os ferreiros, deixando só a população de baixa condição. Segundo o v. 16, deportou todos os ricos^{<49)}, em número de sete mil; os artesãos e os ferreiros, em número de mil; todos os homens aptos para a guerra.

Notando que interrompem o relato da prisão (v. 12) e da deportação (v. 15) de Joaquin e que, além disso, se apresentam como um

duplicado dos vv. 15-16, Stade concluiu que os vv. 13-14 estão fora do contexto e se referiam primitivamente aos acontecimentos de 587⁽⁵⁰⁾. Embora poucos exegetas aceitem a hipótese da referência a 587, é opinião corrente que os vv. 13-14 são secundários no relato de 2 R 24,8-17 <⁵¹>. Em concreto, o v. 14 seria um duplicado do v. 16 e os números dos vv. 14 e 16 seriam variantes do total dos deportados e não as suas fracções⁽⁵²⁾.

Dez mil ou oito mil são números muito superiores aos três mil e vinte e três de Jr TM 52,28. Existem além disso entre os dois textos diferenças quanto à data das deportações e à origem dos deportados. Com efeito, Jr TM 52,28 data a primeira deportação no sétimo ano de Nabucodonosor, ao passo que 2 R 24,12 a data no oitavo ano. Jr TM 52,28 designa os deportados por Judeus (*yhw dym*) ao passo que em 2 R 24,10-17 só parece tratar-se de hierosolimitanos.

Por isso há quem opine que Jr TM 52,28 e 2 R 24,14.16 se referem a acontecimentos diferentes. Geralmente seguem as pegadas de Ewald o qual corrige a data de Jr TM 52,28 acrescentando '*srh* depois de *sē*' <⁵³>. Não se trataria do sétimo ano de Nabucodonosor mas do décimo sétimo ano, referindo-se o texto a uma deportação de habitantes das cidades de Judá conquistadas em 587 antes da queda de Jerusalém⁽⁵⁴⁾. Sem nenhum apoio na tradição textual, a correcção é arbitrária.

Apesar das diferenças, a maioria dos autores pensa que Jr TM 52,28 se refere, como 2 R 24,14.16, à deportação de 597. As explicações das diferenças, especialmente quanto ao número dos deportados, são demasiado numerosas para fazer o seu levantamento completo. Assinalo só as mais correntes. Malamet propõe uma reconstituição dos acontecimentos que harmoniza os diferentes números e explica as restantes divergências entre os dois textos. Para isso supõe que Jr TM 52,28 e 2 R 24,16 correspondem a duas etapas na deportação de 597. Na primeira, imediatamente antes ou depois da rendição de Jerusalém a 15/16 de Março, isto é, nas duas últimas semanas do sétimo ano de Nabucodonosor, foram deportados três mil e vinte e três Judeus. Na segunda, umas semanas mais tarde, isto é, a começos do oitavo ano de Nabucodonosor, foram deportados oito mil hierosolimitanos (2 R 24,16). 2 R 24,14 dá o total aproximativo dos deportados nas duas ocasiões⁽⁵⁵⁾. Há quem proponha harmonizar os números supondo que Jr TM 52,28 conta só os homens adultos enquanto que 2 R 24,14 e 16 dariam o total aproximativo das pessoas deportadas, incluindo homens, mulheres e crianças⁽⁵⁶⁾. Contra esta interpretação, note-se que Jr TM 52,29-30 usam a palavra *nps* que significa em geral «pessoa, indivíduo», não homem adulto. Actualmente, a maioria vê em

Jr TM 52,28 e 2 R 24,14.16 duas ou três variantes do número dos deportados em 597 que não se podem harmonizar⁽⁵⁷⁾. Muitos aceitam como histórico o número preciso e relativamente modesto de Jr TM 52,28 de preferência aos números redondos e muito mais elevados de 2 R 24,14.16⁽⁵⁸⁾. A divergência cronológica dever-se-ia ao facto de que passaram umas semanas entre a queda de Jerusalém e a deportação⁽⁵⁹⁾. Outros autores pensam em duas maneiras de contar os anos do reinado de Nabucodonosor: 2 R 24,12 contaria o ano da acessão como o primeiro do reinado ao passo que Jr TM 52,28 e a Crónica Babilónica o contariam à parte⁽⁶⁰⁾.

Ninguém duvida de que a segunda deportação mencionada em Jr TM 52,29 teve lugar aquando da conquista de Jerusalém em 587/6⁽⁶¹⁾. Jr TM 52,29 é o único documento que informa sobre o número dos deportados nessa ocasião. Com efeito, 2 R 25,11; Jr TM 52,15 e Jr TM 39,9 contam só que Nebuzaradan, chefe da guarda, deportou o resto do povo, os que tinham ficado na cidade, os desertores que se tinham passado para os Babilónios e o resto da plebe (2 R 25,11). Em vez de «o resto da plebe», Jr TM 52,15 escreve «o resto dos artesãos»⁽⁶²⁾. 2 R 25,12 par. Jr 52,16 e Jr TM 39,10 acrescentam que Nebuzaradan deixou no país de Judá alguma gente pobre como vinhateiros⁽⁶³⁾ e lavradores.

Jr TM 52,30 menciona uma terceira deportação que afectou a setecentos e quarenta e cinco Judeus e teve lugar no ano vigésimo terceiro de Nabucodonosor, isto é, em 582. Seguindo as pegadas de Duhm, muitos pensam que a ocasião pode ter sido o assassinato de Godolias⁽⁶⁴⁾.

Concluindo: um número de deportados inferior a cinco mil (Jr TM 52,28-30) parece ser o mais provável. Mesmo que se aceitem os números mais elevados de oito ou dez mil (2 R 24,14.16), os deportados talvez não atingissem 10% da população de Judá.

Geralmente pensa-se que os Babilónios deportaram toda a elite. 2 R 25,22-25 e Jr 39-43 mostram que tal não foi o caso. Segundo esses textos, os Babilónios nem sequer deportaram toda a elite militar. Com efeito, 2 R 25,23 e Jr 40,8 dão uma lista de chefes militares que estavam em Judá com as suas tropas depois de 587/6: Ismael, filho de Natánias; João, filho de Caré ⁽⁶⁵⁾; Seraías, filho de Tanumet, de Netofá⁽⁶⁶⁾; Jazánias, filho do macateu. Consta ainda de Azarias, filho de Maaeias (Jr LXX 49,1 e 50,2) ou de Osaías (Jr TM 43,2). 2 R 25,25 e Jr 41,1 informam que Ismael era da família real, isto é, de linhagem davídica⁽⁶⁷⁾.

Supor que os Babilónios deportaram toda a elite num acesso de vingança cega é ignorar o alcance das deportações. Estas eram prova-

velmente um dos instrumentos da política imperial neo-babilónica. Na verdade, conhece-se mal o projecto imperial neo-babilónico e os seus instrumentos. Pensa-se em geral que, nessa matéria, os Neo-Babilónios adoptaram fundamentalmente as concepções e as práticas elaboradas pelos seus predecessores, os Neo-Assírios <⁶⁸>. Ora, são bem conhecidos os objectivos políticos e económicos das deportações praticadas pelos Neo-Assírios. Em relação aos países de origem, o seu objectivo era, antes de mais, assegurar-lhes a estabilidade política, afastando os que se opunham à hegemonia assíria. A estabilidade política estava ao serviço da prosperidade económica para proveito da Assíria. Tudo parece indicar que esses eram também os objectivos dos Neo-Babilónios em relação a Judá. Ora, a melhor maneira que a Babilónia tinha de assegurar a estabilidade e a prosperidade de Judá era apoiar-se na elite local que lhe era favorável. De facto, foi o que fez confiando o poder a Godolias, da família de Chafan, partidária da submissão à Babilónia. Note-se o tratamento que teve Jeremias <⁶⁹> que era aos olhos de todos pró-babilónico<⁷⁰>, assim como o facto de que Baruc, membro de uma grande família com a mesma orientação política, também não foi deportado.

Numa só palavra, tudo indica que os Babilónios deportaram só os membros da elite que se opunham à sua hegemonia, deixando os que lhes eram favoráveis a quem confiaram o poder. Do seu ponto de vista, uma medida era tão importante como a outra. Os Babilónios devem ter deportado também um número significativo de artesãos para servir-se das suas qualificações profissionais

1.4. Refugiados

Tanto 2 Reis como o livro de Jeremias relatam que, após o assassinio de Godolias e do seu séquito, todo o povo que estava em Judá se refugiou no Egipto, com medo das represálias babilónicas. É o que afirma 2 R 25,26: «Todo o povo, pequenos e grandes, e os chefes das tropas se levantaram e foram para o Egipto, pois temeram os Caldeus». Jr 40-44 radicaliza ainda mais esta ideia. Segundo Jr 40,11-12 e 43,5, todos os Judeus que se tinham dispersado regressaram, seguindo depois para o Egipto juntamente com os que tinham ficado em Judá.

O regresso de refugiados de Moab, Amon e Edom, uma vez estabilizada a situação em Judá, é muito provável. Seja como for, nos relatos de Jr 40-44, o regresso de todos os refugiados destina-se a juntar em Judá todo o povo que Nabucodonosor não tinha deportado

para em seguida o enviar para o Egito. Os relatos de Jr 40-44 afirmam com insistência que foram para o Egito os sobreviventes de Judá (Jr 42,15.19; 44,14) ou todos os sobreviventes de Judá (Jr 43,5; 44,28; cf 42,1-2). Decorre de 2 R 25,26 e de Jr 40-44 que só há Judeus na Babilônia e no Egito. A única exceção seria o assassino Ismael e os oito homens que com ele se refugiaram em Amon (Jr 41,15).

É muito provável que tenha havido Judeus que se refugiaram no Egito em consequência da conquista babilônica. Fora da Bíblia, os testemunhos mais antigos da existência de Judeus no Egito são os documentos de Elefantina, que se situam entre 495 e 399 a. C. mas as origens dessa comunidade judaica podem ser muito anteriores e remontar a finais do séc. VII ou começos do séc. VI a. C. No entanto, deve acrescentar-se que não se sabe se há uma relação entre as origens da comunidade judaica de Elefantina e a conquista babilônica de Judá.

Uma coisa é certa. Contrariamente ao que afirmam os textos bíblicos, não se refugiaram no Egito todos os Judeus que escaparam à deportação ou à morte aquando da conquista babilônica de Judá entre 597 e 587/6 a. C. Se, de facto, alguns se refugiaram então no Egito, deve ter sido só uma minoria, sendo no entanto impossível calcular, mesmo de maneira aproximativa, o número de pessoas.

1.5. Conclusão

Nabucodonosor deportou para a Babilônia os membros da elite de Judá que se opunham à hegemonia babilônica, assim como uma parte dos artesãos. Houve provavelmente também Judeus que se refugiaram nos países vizinhos, sobretudo no Egito, e outros que morreram por causa da guerra. Por falta de dados, é impossível determinar o valor percentual de cada um desses grupos. Sem entrar em pormenores, calculo que todos juntos talvez não ultrapassassem 15% da população tendo ficado em Judá cerca de 85 %⁽⁷¹⁾. Fora os que ficaram em Judá, os deportados para a Babilônia deviam formar o grupo mais numeroso.

2. Consequências políticas

Segundo a opinião geral, em 587/6, Nabucodonosor suprimiu o reino de Judá, anexou o território, fez dele uma dependência da província da Samaria⁽⁷²⁾ ou uma nova província⁽⁷³⁾ e nomeou a Godolias

governador⁽⁷⁴⁾. Nenhum destes pontos escapa, actualmente, a um questionamento mais ou menos radical.

Os textos bíblicos dizem que Nabucodonosor *hpqyd* (constituiu, estabeleceu, nomeou) a Godolias (2 R 25,23) no país (Jr 40,5.7; 41,2.18) ou sobre os que deixou em Judá (2 R 25,22; Jr 40,11), mas não indicam o cargo ou o título de Godolias. Os tradutores explicitam o sentido do verbo vertendo-o por «constituiu, estabeleceu, nomeou governador». Esta interpretação pode ser correcta mas não decorre necessariamente do verbo *hpqyd*⁽⁷⁵⁾. De facto, há quem a conteste e pense que Godolias tinha o título de rei. Nabucodonosor teria procedido só a uma mudança dinástica, retirando a realeza à família de David, na pessoa de Sedecias, para a confiar à família de Chafan, na pessoa de Godolias. Os autores bíblicos teriam ocultado o facto por não reconhecerem a legitimidade da mudança dinástica, feita à custa da família davídica⁽⁷⁶⁾. Vários indícios parecem apoiar a hipótese de que os Babilónios não mudaram o estatuto do reino de Judá. Assinalo em primeiro lugar os dois factos seguintes: Por um lado, Nabucodonosor confiou o poder a um judeu e não a um babilónio. Por outro lado, não substituiu os Judeus deportados com estrangeiros trazidos de outras partes do império. Se os Babilónios adoptavam a prática assíria na matéria, as medidas que tomaram em relação a Judá em 587/6 supõem que eles continuavam a tratá-lo como um reino vassalo e não como um território anexado, transformando-o numa província babilónica⁽⁷⁷⁾. Outro argumento invocado a favor da realeza de Godolias é a presença das *tfnôt hammelek* (literalmente, «as filhas do rei») no seu séquito (Jr 41,10) ⁽⁷⁸⁾. Se as *benôt hammelek* são as filhas ou o harém de Godolias, o texto atribui-lhe explicitamente o título de rei. Se são as filhas ou o harém de Sedecias, a sua presença no séquito de Godolias supõe que este é rei⁽⁷⁹⁾.

Por outro lado, o livro de Ezequiel (593-571 a. C.) toma a deportação de Joaquin como ponto de referência da sua cronologia. Isso parece supor que os Judeus da Babilónia reconheciam a Joaquin como rei. Há quem veja na notícia da amnistia que Amel-Marduk ^m concedeu a Joaquin⁽⁸¹⁾ imagens e conceitos característicos da linguagem dos tratados de aliança. Isso significaria que, em 562/1 ⁽⁸²⁾, o próprio rei da Babilónia ainda reconhecia a Joaquin o título de rei ^{<83>}. Há quem acrescente que, na qualidade de rei vassalo, Joaquin devia fazer parte dos dignitários da corte babilónica⁽⁸⁴⁾ ao mesmo título que os reis de Tiro, Gaza, Sidon, Arvad e Asdod ^{<85>}.

A amnistia de Joaquin é a última notícia sobre a família davídica durante o período babilónico. Volta a falar-se dela logo nos começos do período persa. Com efeito, entre as primeiras pessoas a quem os

Persas confiam o governo da Judeia estão membros da família de David. É o caso de Zorobabel (1 Cr 3,19)⁽⁸⁶⁾. Este talvez não tenha sido o único. Apoiando-se no título de «Príncipe de Judá» que lhe dá Esd 1,8⁽⁸⁷⁾ e supondo a sua identidade com Chenaçar (1 Cr 3,18)^{<88>}, há quem opine que é também o caso de Sesbaçar. Seguindo as pegadas de Avigad⁽⁸⁹⁾, alguns autores acrescentam Elnatan, governador nos fins do séc. VI a. C., conhecido graças ao selo da sua esposa Chelomite. Supondo que esta é a filha de Zorobabel mencionada em 1 Cr 3,19, o seu marido seria davídico, pelo menos, por aliança.

Esd 5,14 dá o título de governador a Sesbaçar. Ag 1,1.14 e 2,2.21 faz o mesmo a Zorobabel. Seguindo essas informações, a maioria dos autores pensa que Sesbaçar e Zorobabel eram governadores e que a Judeia tinha o estatuto de província. Pelo contrário, baseando-se no título de «Príncipe de Judá» que Esd 1,8 dá a Sesbaçar, Liver opina que este era rei, e que a Judeia ainda era um reino vassalo da Pérsia. O seu estatuto teria mudado com Zorobabel⁽⁹⁰⁾. Outros pensam que a mudança se deu mais tarde. O próprio Zorobabel ainda teria sido rei. O desaparecimento da monarquia teria sido fruto de uma evolução interna à Judeia e não de uma imposição por parte do poder babilónico ou persa^{<91>}.

Numa só palavra, a maioria dos indícios que se podem extrair dos relatos sobre a conquista babilónica de Judá, assim como dos textos relativos à reorganização de Judá sob os Persas, parecem supor que, contrariamente à opinião comum, Judá conservou o estatuto de reino durante o período babilónico.

3. Os Judeus exilados na Babilónia

Os documentos relativos aos Judeus na Mesopotâmia durante o período neo-babilónico são muito raros. De origem babilónica, conhecem-se as quatro listas já mencionadas. As informações que fornecem *2 Reis*, *Jeremias* e *Ezequiel*, além de muito escassas, são de manuseamento delicado. Embora date do período persa, o arquivo dos Murachu, uma família de financeiros de Nipur (500 e 416 a. C.), é testemunha de uma situação que teve os seus começos nos tempos babilónicos⁽⁹²⁾.

Com informações tão escassas, não é possível escrever a história dos Judeus na Mesopotâmia durante o período babilónico. Com o que se conhece da história da Babilónia nesse tempo, só se pode esboçar um quadro muito geral da sua vida⁽⁹³⁾. A sua situação não devia ser muito diferente da situação dos demais habitantes da Babilónia, de

origem estrangeira ou autóctones. Com efeito, tudo indica que os Judeus não tardaram a integrar-se, pelo menos, do ponto de vista económico, social e até cultural^{<94>}, na sociedade babilónica que era muito cosmopolita. Seguindo uma prática que fora inaugurada pela Assíria, a Babilónia terá aproveitado a qualificação profissional dos Judeus, como a dos membros dos outros povos, outorgando terras à maioria para que as cultivasse, empregando os artesãos nas obras públicas⁽⁹⁵⁾, os letrados na administração, os militares no exército. Na carta que escreve cerca de 594 aos Judeus deportados em 597, Jeremias exorta-os a construir casas, plantar hortas, casar-se e multiplicar-se (Jr 29,5-6) o que supõe que podiam fazer tudo isso livremente. A maioria dos Judeus mencionados no arquivo dos Murachu são agricultores mas também há entre eles quem exerça actividades comerciais. Os ditos arquivos documentam a existência de Judeus em vinte e oito localidades da região de Nipur. A actividade de Ezequiel, deportado em 597, tem mais do que uma vez por cenário o rio Kebar⁽⁹⁶⁾. Pensa-se habitualmente que se trata de um canal de irrigação da região de Nipur. No entanto, essa localização não é certa, pois conhece-se a existência de mais dois canais com esse nome (*nâru kabari*) na Babilónia⁽⁹⁷⁾.

Baseando-se em Esd 8,15-20⁽⁹⁸⁾, há quem sugira que os judeus da Babilónia, como os de Elefantina, tiveram um ou mais templos. Com efeito, Esd 8,15-20 supõe a existência de um grupo de levitas e de «oblatos» em Cassifia. Esd 8,17 usa a construção gramatical rara *b^ekassifya hammaqôm*. Como noutros textos bíblicos <">, *hammaqôm* poderia ter o sentido de «santuário, templo»⁽¹⁰⁰⁾. No entanto, esta interpretação do texto é demasiado incerta para fundar a hipótese da existência de um templo em Cassifia⁽¹⁰¹⁾.

4. Judá durante o período babilónico (587-538 a. C.)

2 R 25,22-26 resume em cinco versículos a história do povo que Nabucodonosor não deportou. Jr 40-44 conta essa história de maneira muito mais pormenorizada, incluindo nela os Judeus que se tinham refugiado nos países vizinhos, prossegue-a no Egipto e atribui a Jeremias um papel importante^{<102>}. Godolias, filho de Aicam, a quem Nabucodonosor confia o governo do povo, instala-se em Mispá. Os chefes militares de Judá fazem acto de submissão a Godolias com as suas tropas ^{(103>}. Todos os Judeus que estavam em Moab, Amon, Edom e em todos os países fazem o mesmo^{(104>}. Baalis, rei de Amon, e Ismael, filho de Natánias, conjuram contra Godolias (Jr 40,13-16). Ismael

assassina Godolias e todo o seu séquito (2 R 25,25; Jr 41,1-3), assim como uns setenta homens de Siquém, Silo e Samaria (Jr 41,4-8). Ismael põe-se em marcha para Amon com o resto do povo que aprisionara em Mispá mas João, filho de Caré, intercepta-o em Gabaon e liberta o povo, enquanto Ismael se refugia em Amon (Jr 41,10-16). Por fim, João refugia-se no Egito com todo o povo que restava (2 R 25,26; Jr 41,16-43, 7), nomeadamente com Jeremias e Baruc (Jr 43,6).

Os relatos dão a impressão de que todos estes acontecimentos se desenrolaram nos dois ou três meses a seguir à destruição de Jerusalém. O único dado cronológico está relacionado com o assassinio de Godolias que 2 R 25,25 e Jr 41,1-2 datam no sétimo mês. Não indicando o ano, deve supor-se que os autores da notícia se referem ao undécimo ano de Sedecias, mencionado em 2 R 25,2 e Jr 39,2. Por conseguinte, o assassinio de Godolias teria tido lugar uns dois ou três meses após a conquista de Jerusalém, ocorrida no quinto mês do undécimo ano de Sedecias (2 R 25,8 par. Jr 52,12). Ao assassinio ter-se-ia seguido imediatamente a fuga para o Egito⁽¹⁰⁵⁾.

Não é fácil imaginar que todos esses acontecimentos se tenham dado no espaço de dois ou três meses. Supondo que a deportação do ano vigésimo terceiro de Nabucodonosor (Jr TM 52,30) foi uma consequência do assassinio de Godolias, há quem opine que o dito assassinio teve lugar em 582. Nesse caso, os acontecimentos relatados em 2 R 25,22-26 e Jr 40-44 estender-se-iam ao longo de uns cinco anos.

Seja como for, os relatos de 2 R 25,22-26 e Jr 40-44 destinam-se a mostrar que logo a seguir à destruição de Jerusalém o país de Judá ficou sem vivalma. Esta versão da história dos Judeus que não foram deportados é obviamente tendenciosa e ninguém a toma à letra. No entanto, nada indica que ela tenha sido inteiramente inventada pelos autores desses textos. Concretamente, não há razões para duvidar de que os Babilônios confiaram o governo de Judá a Godolias, porventura com o título de rei, e de que Godolias teve a sua sede em Mispá. Também não há razões para duvidar de que Godolias foi assassinado por Ismael, aparentemente em 582 a. C. É provável que um grupo de Judeus se tenha então refugiado no Egito.

Por seu lado, a arqueologia mostra que Ein Guedi, Arad, Beit Chemech, Lakich, Ramat Rahel e Jerusalém foram destruídas ou danificadas durante as campanhas babilônicas de 598/7 e de 588/6. Não se passou o mesmo a norte de Jerusalém onde várias cidades escaparam à destruição. Foi o caso de Guibea (Tell el Full), Mispá (Tell en Nasbeh) e Betel. As excavações de Barkay na necrópole de Ketef Hinnom (Ras ed-Dabbus) mostraram que a própria cidade de Jerusalém esteve habitada durante o período babilónico. Com efeito, num dos

túmulos que escapou à pilhagem encontraram-se ossos de cerca de cem pessoas e mais de mil objectos do séc. VII e da primeira metade do séc. VI a. C.⁽¹⁰⁶⁾ Barkay afirma que, de um modo geral, não existe solução de continuidade na civilização material da Palestina entre o séc. VII e o séc. VI a. C. Por conseguinte, a opinião geral que situa o fim do período do ferro em 586 seria infundada. A mudança na civilização material só se teria dado nos finais do séc. VI a. C., no período persa⁽¹⁰⁷⁾.

A perda demográfica acarretou, sem dúvida, uma diminuição da importância política e militar de Judá. No entanto, uma vez passado o primeiro choque, a vida deve ter retomado o seu curso. Os que ficaram provavelmente até beneficiaram com a nova situação. As grandes famílias favoráveis à submissão à Babilónia receberam o poder e puderam exercê-lo sem a concorrência do partido rival. Os camponeses pobres, que constituíam a maioria esmagadora da população, receberam as vinhas e as terras dos ricos deportados⁽¹⁰⁸⁾. Alguns devem ter sido libertos *de facto* das suas dívidas, recobrando assim o património ou a própria liberdade que haviam perdido⁽¹⁰⁹⁾.

Segundo 2 R 25 e Jr 52, Nebuzaradan, o chefe da guarda, incendiou o templo de Jerusalém^{010*}, levou as alfaías como despojos⁽¹¹¹⁾ e aprisionou o sumo sacerdote, Seraías, o segundo sacerdote, Sofonias, e três porteiros; Nabucodonosor fê-los executar a todos em Ribla⁽¹¹²⁾. Os relatos não informam sobre o resto do clero. Jr 41,5 supõe que se continuou a praticar o culto no templo em Judá, até por parte de habitantes do antigo reino de Israel. Com efeito, esse texto conta que no dia seguinte ao do assassinio de Godolias vinham uns oitenta homens de Siquém, de Silo e de Samaria, de barba rapada, vestes rasgadas e com incisões, trazendo oferendas e incenso para oferecer no templo. A identificação do templo é discutida. A maioria dos exegetas pensa no templo de Jerusalém. De facto, no livro de Jeremias, a expressão *byt yhwh* designa sempre o templo de Jerusalém. Nesse caso deveria supor-se que o templo de Jerusalém não tinha sido inteiramente destruído ou tinha sido restaurado entretanto. Há quem pense que os homens se dirigiam a um templo em Mispá⁽¹¹³⁾. Seja qual for o lugar onde estava o templo, Jr 41,5 supõe que se continuou a praticar o culto. A cessação completa do culto seria historicamente tão inverosímil como o despovoamento total de Judá.

INTERPRETAÇÕES BÍBLICAS DAS MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS

A Bíblia documenta duas interpretações diametralmente opostas das mudanças demográficas provocadas pelas conquistas babilônicas do reino de Judá entre 597 e 587/6 a. C.

1. Judá/Israel ficou na sua terra

O comportamento e a mensagem que os relatos de Jr 40-43 atribuem a Jeremias, o porta-voz de lavé, expressam a convicção de que, nos primeiros tempos após as deportações de 587/6 a. C., o país de Judá continuava a ser o centro da vida judaica. Judá ou Israel continuava a viver na sua terra. Podendo escolher entre ir para a Babilônia com um tratamento de favor ou ficar em Judá, Jeremias decide ficar (Jr 40,1-6). Depois do assassinato de Godolias, Jeremias ordena ao povo em nome de lavé que fique em Judá, pois é aí que lavé o fará prosperar.

Por outro lado, o livro de Ezequiel dá testemunho de uma oposição entre os Judeus que ficaram em Judá em 597 e os que foram então deportados para a Babilônia. Ez 11,15 põe na boca dos primeiros as seguintes palavras dirigidas aos segundos: «Ficai longe de lavé! Foi a nós que a terra foi dada em posse». Aos olhos dos Judeus que ficaram em Judá, os deportados, tendo sido afastados do templo, foram afastados do próprio lavé e deixaram de pertencer ao seu povo. Por conseguinte, perderam o direito à posse da terra de Judá, o principal dom que lavé fez a Israel. De acordo com a lógica da retribuição, essa situação dos deportados só podia ser o justo castigo do seu pecado. Numa palavra, os Judeus que ficaram em Judá, que eram a maioria esmagadora, declaram-se Israel e reivindicam o direito exclusivo à posse do país. Ez 33,24 atribui-lhes a mesma reivindicação. «Filho do Homem, os habitantes daquelas ruínas sobre o solo de Israel dizem: “Abraão era um só e tomou posse do país. Com maior razão, a nós que somos numerosos nos é dada a posse do país”». Os Judeus que ficaram em Judá fundam o seu direito à posse exclusiva do país no precedente de Abraão. Sendo numerosos, estão até em muito melhores condições para tomar posse do país do que o patriarca, que era só um.

2. Os Judeus exilados na Babilónia são Judá/Israel

No entanto, a maioria dos textos bíblicos dá, como vimos, uma interpretação diametralmente oposta das consequências demográficas da conquista babilónica do reino de Judá, afirmando que só os deportados são Judá/Israel. 2 R 25,22-26 e Jr 41-43 relatam aliás que todos os demais Judeus se refugiaram no Egito, deixando o território de Judá sem vitalma. Em 2 R 25,22-26, a fuga para o Egito contraria as exortações de Godolias. Com efeito, este declara sob juramento aos chefes militares e às suas tropas: «Nada tendes a temer dos Caldeus. Ficai no país, submetei-vos ao rei da Babilónia e tudo vos correrá bem». Não era de esperar outra coisa do agente do poder babilónico. Segundo este texto, a fuga para o Egito é fruto de uma decisão política que não recebe qualquer qualificação religiosa. Pelo contrário, em Jr 42,1-43,7 a fuga para o Egito tem um alcance eminentemente religioso, pois viola a ordem explícita de lavé. Após ter consultado a lavé por intermédio de Jeremias e ter-se comprometido solenemente a fazer o que ele mandasse (Jr 42,1-6), todo o povo, em unísono, recusou-se a ficar em Judá, como lavé lhe ordenava, sob pena de ser exterminado caso fosse para o Egito. O povo acusa a Jeremias de mentir, de não falar em nome de lavé, de ser um brinquedo nas mãos de Baruc que o incita contra ele (Jr 43,1-4). Desse modo, a comunidade judaica do Egito, a qual na lógica dos relatos reúne todos os Judeus que não tinham sido deportados, nasceu de uma desobediência formal a lavé. É filha de um pecado original. De um traço, Jr 41,16-43,7 risca assim do mapa todas as comunidades judaicas que não tiveram origem na deportação, particularmente a comunidade da Palestina, que era de longe a mais numerosa, e deslegitima a comunidade do Egito, que declara aliás condenada ao extermínio⁽¹¹⁴⁾. Por exclusão, fica a comunidade da Babilónia como única herdeira legítima de Judá. Os Judeus exilados na Babilónia ou os seus herdeiros na Judeia - e só eles - são Judá/Israel.

Vários textos dos livros de *Jeremias* e *Ezequiel* expressam uma concepção de Israel ainda mais restritiva: estabelecem uma oposição entre os Judeus que foram deportados em 597 a. C. e os restantes, reservando aos primeiros o título de Israel. Como vimos, a oposição é explícita em Ez 11,15, onde os deportados são apelidados de «toda a casa de Israel». Para o autor deste texto, só os que foram deportados em 597 são Israel. Por seu lado, Ez 33,23-29 anuncia o extermínio dos Judeus que ficaram em Judá em 597, como resposta à sua pretensão de serem os únicos proprietários do país. Uma das expressões mais eloquentes desta concepção de Israel é a visão das duas cestas de

figos em Jr 24. Aos deportados de 597, representados pelos figos excelentes, anuncia-se o regresso e o restabelecimento na sua terra. Aos que então ficaram em Jerusalém com Sedecias, isto é, a todos os demais judeus, representados pelos maus figos, anuncia-se a dispersão e o extermínio do país que lavé lhes deu a eles e aos seus pais ⁽¹¹⁵⁾. Lê-se um anúncio semelhante em Jr 29,16-19.

3. Origem das duas concepções antagónicas de «Israel»

Estas duas concepções de «Israel» antagónicas são o fruto de lutas pela supremacia entre as comunidades judaicas que se formaram como consequência da conquista babilónica do reino de Judá. A primeira expressa o ponto de vista dos que ficaram em Judá. Sendo a maioria esmagadora, continuando a viver na terra ancestral e conservando porventura até a própria monarquia, o coração das instituições nacionais; era natural que eles se considerassem a si próprios Israel. Ez 11,15 e 33,24 atribuem-lhes a reivindicação de só eles serem Israel, com a exclusão dos que foram deportados em 597. Diagonalmente oposta, a outra concepção de Israel expressa o ponto de vista dos *tné haggôlá*. Apesar de serem uma minoria, também eles se declararam Israel, com a exclusão dos demais Judeus, em particular daqueles que ficaram em Judá. De facto, a sua concepção impôs-se e é de longe predominante na Bíblia. Está presente na maioria dos livros. Mencionei já vários textos. Na impossibilidade de passar revista a todos, detenho-me só mais uma vez em Jr 37-43, por ser particularmente pertinente. De maneira excepcional, nele se expressam directamente os dois grupos rivais. Esse texto reconhece que os Judeus deixados por Nabucodonosor na Judeia eram Judá/Israel mas afirma que depressa deixaram de o ser por culpa deles.

Jr 37-43 não foi escrito de um só fôlego nem por um só autor mas não é fácil esboçar a história da sua redacção. Vários exegetas pensam que na sua base há um só relato. Segundo Lohfink, esse relato foi escrito pouco depois de 570 na Babilónia por um chafânida que se propunha promover os interesses da sua família, talvez uma pretensão ao trono de Judá⁽¹¹⁶⁾. Para Pohlmann, o relato era favorável aos Judeus da Palestina e não foi escrito antes de 550. Cerca de 400 a. C., os *tné haggôlá* reelaboraram-no para o transformarem num documento da sua propaganda⁽¹¹⁷⁾. Seitz chama ao documento primitivo «Scribal Chronicle», que teria sido escrito em Judá por uma testemunha ocular, membro de uma família de escribas, talvez um chafânida. O seu autor pensava que Judá podia sobreviver com o povo

que lá ficou e propôs-se escrever a sua história. A «Scribal Chronicle» foi reescrita na Babilónia sob a influência das tradições de Ezequiel, sublinhando-se então a obstinação do povo na sua desobediência a lavé, assim como a ideia de que todo o povo se refugiou no Egípto⁽¹¹⁸⁾. Por seu lado, Stipp <¹¹⁹> pensa que Jr 37-43 consta de três relatos: a «Prisão e libertação de Jeremias»^{<120>}, o «Dossier de Ismael»⁽¹²¹⁾ e a «Ruína do judaísmo palestinese»^{<122>}. Os dois primeiros textos expressam o ponto de vista dos Judeus da Palestina onde foram escritos logo após os acontecimentos que contam. O terceiro expressa o ponto de vista dos Judeus da Babilónia onde foi escrito pouco depois de 570 a. C. O autor propõe-se mostrar que a supremacia coube aos *tné haggôlá*, independentemente da sua vontade e sem que tivessem feito algo para isso. Os três relatos foram reunidos e submetidos a duas redacções, uma deuteronomista e a outra chafânida ou «patricia»⁽¹²³⁾.

Seja como for, parece-me estar fora de dúvida que o estrato primitivo de Jr 37-43, em grande parte ou na sua totalidade, foi escrito em Judá e expressa o ponto de vista dos Judeus que lá ficaram aquando das conquistas babilónicas. Para os autores desses textos, era óbvio que Israel continuava a viver em Judá. Por isso, expressam a convicção de que os Judeus de Judá são Israel. Fazem-no de maneira irénica e sem sentir a necessidade de excluir de Israel os deportados. Pelo contrário, na sua forma final, os relatos de Jr 37-43 são um dos principais documentos da propaganda dos *bné haggôlá*. Destinam-se a mostrar como os Judeus da Judeia deixaram de ser Israel por sua culpa. Por outras palavras, Jr 37-43 é de certo modo o relato da vitória política e ideológica dos *bné haggôlá* contra os seus compatriotas que ficaram em Judá aquando das conquistas babilónicas.

Segundo Ez 11,15 e 33,24, textos escritos por um representante dos *bné haggôlá*, a razão do antagonismo entre estes e os seus compatriotas da Palestina era a posse da terra de Judá, disputada pelos dois grupos. Os textos talvez se refiram particularmente às terras e às vinhas dos ricos deportados que os Babilónios distribuíram aos camponeses pobres (2 R 25,12; Jr 52,16 e Jr TM 39,10). A oposição entre os que foram deportados em 597, em particular, e os restantes Judeus parece indicar que o conflito começou muito cedo, logo a seguir à primeira deportação. No entanto, deve ter-se agravado quando, passado cerca de meio século, alguns dos Judeus da Babilónia começaram a regressar a Judá ou a emigrar para lá. Apesar de serem uma minoria, os *bné haggôlá* saíram vencedores, graças aos Persas que lhes confiaram o poder na Judeia. De aí que a maior parte dos escritos bíblicos expresse a sua propaganda. A própria quantidade de textos que produziram para afirmar a sua supremacia prova que a luta

foi renhida. O tema fundamental da propaganda dos *b^{en}é haggôlá* é a afirmação de que só eles são Judá ou Israel, exilado longe da sua terra. Por conseguinte, declaram excluídos de Israel todos os Judeus que Nabucodonosor não exilou. Outro tema importante da propaganda dos *tfné haggôlá* é a fuga para o Egito de todos os Judeus que Nabucodonosor não exilara e, como consequência, o total despovoamento do território de Judá. Uma e outro são invenções de que os *b^{en}é haggôlá* se serviram para legitimar a sua pretensão ao direito exclusivo à terra assim como à reorganização da Judeia promovida pelos Persas e aos privilégios que isso conferia. A oposição de lavé à fuga para o Egito destinava-se na origem a legitimar a comunidade judaica da Judeia sob o domínio babilónico. Pelo contrário, na forma final do texto, destina-se a deslegitimar a comunidade judaica do Egito, naquilo em que se transformou a comunidade da Judeia mediante a sua fuga para o país do Nilo.

Numa palavra, para fundar a sua supremacia, os Judeus da Babilônia e os seus herdeiros declararam as restantes comunidades, sobretudo a comunidade da Judeia, inexistentes e a comunidade do Egito, ilegítima e condenada à aniquilação. Quando os *b^{en}é haggôlá* tomaram o poder na Judeia, graças à autoridade persa, a sua versão da história impôs-se. Integraram nela elementos da versão rival que davam os Judeus da Palestina mas passaram-nos pelo molde da sua ideologia. Por isso, só temos acesso à versão palestinense dos acontecimentos através dos olhos dos *b^{en}é haggôlá*. Isso explica o facto de que não existe uma «história» de Judá que abarque todo o período babilónico. Se existiu tal história, os *b^{en}é haggôlá* não podiam permiti-la pois um dos seus dogmas fundamentais era que Judá esteve então totalmente despovoado. Nessas circunstâncias, o período babilónico não podia ser senão o buraco negro de que se queixam os historiadores mas não, como supõem, porque não havia então na Palestina quem soubesse escrever a história⁽¹²⁴⁾.

A propaganda dos *tfné haggôlá* teve um imenso sucesso não só na Bíblia mas também entre os historiadores modernos. Ao situarem na Babilónia o centro da vida nacional do povo judaico entre 597-538

a. C., os historiadores não fazem senão glosar a propaganda da comunidade judaica da Babilónia e dos seus herdeiros, omitindo a ideia do despovoamento total de Judá, o elemento dessa propaganda mais inverosímil do ponto de vista histórico e sem dúvida o mais caricatural.

Notas

(1) J. M. SCOTT (ed.), *Exile: Old Testament, Jewish, and Christian Conceptions* (Supplements to the Journal for the Study of Judaism), Leiden/New York/Köln, Brill, 1997.

(2) Veja-se, por exemplo, Mt 1, 11-12.

(3) De acordo com a prática corrente, a partir do cap. 25 do livro de Jeremias referir-me-ei, salvo aviso em contrário, à numeração do Texto Massorético (TM).

(4) 2 R 25,7.18-21a; Jr 39,6; 52,10.24-27^a.

(5) 2 R 24,14.16; 25,11; Jr 39,9; 40,1; 52,15 TM.

(6) 2 R 24,12.15; 25,27-30; Jr 52,31-34.

<7> 2 R 25,4-7; Jr 39,4-7; 52,7-11.

(8) 2 R 25,12; Jr 39,10; 52,16.28-30.

<9> 2 R 25,25; Jr 42,2-3.7-8.

(10) 2 R 25,26; Jr 41,16-44,30.

(11) R. R. ACKROYD, «Historians and Prophets», *SEÁ* 33 (1968) 42-43 (18-54); E. W. NICHOLSON, *Preaching to the Exiles. A Study of the Prose Tradition in the Book of Jeremiah*, Oxford, Blackwell, 1970, pp. 131-133; E. WÜRTHWEIN, *Die Bücher der Könige. 1. Kön. 17 — 2. Kön. 25* (ATD 11/2), Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1984, pp. 478-479; Y. HOFFMAN, «The Deuteronomist and the Exile», in D. P. WRIGHT, D. N. FREEDMAN and A. HURVITZ, *Pomegranates and Golden Bells. Studies in Biblical, Jewish, and Near Eastern Ritual, Law, and Literature in Honor of Jacob Milgrom*, Winona Lake, IN, Eisenbrauns, 1995, pp. 667-670 (659-675).

(12) E. BEN ZVI, «Inclusion in and Exclusion from Israel as Conveyed by the Use of the Term 'Israel' in Post-Monarchic Biblical Texts», in S. W. HOLLOWAY and L. K. HANDY (eds), *The Pitcher is Broken. Memorial Essays for Gösta W. Ahlström* (JSOT. Suppl. Ser. 190), Sheffield, Academic Press, 1995, p. 95, n. 2.

(13) C. T. BEGG, «The Significance of Jehoiachin's Release: A New Proposal», *JSOT* 36 (1986) 49-56; B. BECKING, «Jehoiachin's Amnesty, Salvation for Israel? Notes on 2 Kings 25, 27-30», in C. BREKELMANS and J. LUST (eds), *Pentateuchal and Deuteronomistic Studies. Papers Read at the XIIIth IOSOT Congress. Leuven 1989* (BETL 94), Leuven, University Press, 1990, pp. 283-293; M. GERHARDS, «Die Begnadigung Jojachins - Überlegungen zu 2 Kö 25, 27-30 (mit einem Anhang zu den Nennungen Jojachins auf Zuteilungslisten aus Babylon)», *BN* 94 (1998) 52-67.

(14) Jr 29,10. Cf. Jr 25,11-12; Zac 1,12; Dan 9,2.

<15> Esd 4,1; 6,16; 10,6.8.16.

<16> Sobre tudo Esd 1-2. A esse respeito, veja-se H. G. M. WILLIAMSON, *Ezra, Nehemiah* (WBC 16), Waco, TX, Word Books, 1985, pp. 16, 85-86, 110-111; *Id.*, «The Concept of Israel in Transition», in R. E. CLEMENTS (ed.), *The World of Ancient Israel: Sociological, Anthropological and Political Perspectives*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, pp. 157-158; J. BLENKINSOPP, *Ezra-Nehemiah. A Commentary* (OTL), Philadelphia, The Westminster Press, 1988, pp. 52, 83-84, 135; E. BEN ZVI, «Inclusion in and Exclusion from Israel...» (n. 12), pp. 96-97; J. L. SKA, «Exode 19, 3b-6 et l'identité de l'Israël postexilique», in M. VERVENNE (ed.), *Studies in the Book of Exodus. Redaction - Reception -*

Interpretation (BETL 126), Leuven, University Press, 1996, pp. 312-317 (289-317); Ph. ABADIE, «Le livre d'Esdras: un midrash de l'Exode? », *Transeuphratène* 14 (1998) 19-31.

⁽¹⁷⁾ Designam-nos com as expressões «Povo da Terra» ('m h'rs, Esd 4,4); «Povos da Terra» ('my h'rs, Esd 10,2.11; Ne 9,24; 10,31.32); «Povos dos países/das terras» ('my h'rswt, Esd 3,3; 9,1.2.11; Ne 9,30; 10,29). A. H. J. GUNNEWEG, «'m h'rs - A Semantic Revolution», *ZAW* 95 (1983) 437-440.

⁽¹⁸⁾ Esd 9,1-10,44; Ne 9,31; 13,23-31. Sobre a apresentação da «Restauração» nos livros de Esdras e Neemias, veja-se, por exemplo, B. SCHRAMM, *The Opponents of Third Isaiah. Reconstructing the Cultic History of the Restoration* (JSOT. Suppl. Ser. 193), Academic Press, 1995, pp. 58-64.

^{<19>} J. BRIGHT, *A History of Israel*, Philadelphia, Westminster Press, ³1981, pp. 343-345; B. ODED, «Judah and the Exile», in J. H. HAYES and J. M. MILLER (eds), *Israelite and Judaeon History*, London, SCM Press - Philadelphia, Trinity Press International, (1977) 1990, pp. 476-480 - ; J. A. SOGGIN, *Einführung in die Geschichte Israels und Judas. Von den Ursprüngen bis zum Aufstand Bar Kochbas*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1991, pp. 183-187.

^{<20>} J. D. PURVIS, «Exile and Return. From the Babylonian Destruction to the Reconstruction of the Jewish State», in H. SHANKS (ed.), *Ancient Israel. A Short History from Abraham to the Roman Destruction of the Temple*, Washington, D. C., BAS, 1988, pp. 151-165.

^{<21>} *A Bíblia de Jerusalém*. Nova edição, revista, São Paulo, Edições Paulinas, 1985, pp. 686-687 e 708. Esses títulos são da autoria de A. Gelin, o tradutor dos livros de Esdras e Neemias na versão francesa que serviu de matriz para a *Bíblia de Jerusalém* nas outras línguas. Remontam à 1ª edição desses livros, publicada num fascículo, em cuja introdução o tradutor usa a mesma terminologia «sionista»: *Le livre de Esdras et Néhémie (La Sainte Bible traduite en français sous la direction de l'École Biblique de Jérusalem)*, Paris, 1953 (²1960), pp. 10-11, 16,19, 21. Constam em todas as edições francesas, das quais passaram para todas as edições em espanhol, italiano e português, mas não para as edições em alemão e inglês.

^{<22>} *La Bible traduite et présentée par André CHOURAQUI*, Paris, Desclée de Brouwer, 1989, p. 1413.

^{<23>} Sendo morfologicamente o participio activo masculino plural do verbo 'ālāh («subir»), 'olīm significa literalmente «os que sobem». Esd 8,1 e Ne 7,5.6.61 usam o termo no mesmo sentido. Aparecem também nesse contexto outras formas do verbo 'ālāh (Esd 1,3.5.11; 7,6.7.28; Ne 12,1e 2 Cr 36,23; cf. Jr 16,15 e 23,8). Note-se que o mesmo verbo, tanto na forma simples (Gn 13,1; 45,25; Ex 12,38; 13,18; Nm 32,11; etc.) como na forma causativa (Ex 32,11; Dt 20,1; Jz 6,13; Jr 16,14; 23,7), expressa também a viagem do Egipto a Canaã, particularmente no contexto das tradições do êxodo.

^{<24>} J. BLENKINSOPP, «The Judaeon Priesthood during the Neo-Babylonian and Achaemenid Periods: A Hypothetical Reconstruction», *CBQ* 60 (1998) 43 (25-43).

^{<25>} Da versão bíblica da história de Judá nos períodos babilónico e persa, o sionismo não tirou só a terminologia, isto é, o grupo lexical 'ālāh, «subir». Tirou também, pelo menos em parte, o arsenal ideológico e propagandístico.

^{<26>} C. C. TORREY, *Ezra Studies*, Chicago, The University of Chicago Press, 1910, pp. 287-289.

^{<27>} R. KITTEL, *Geschichte des Volkes Israel*. 3., Stuttgart, W. Kohlhammer, 1927-1929, pp. 67-68; M. NOTH, «La catastrophe de Jérusalem en l'an 587 avant Jésus-Christ», *RHPR* 33

(1953) 81-102; E. JANSSEN, *Juda in der Exilszeit. Ein Beitrag zur Frage der Entstehung des Judentums* (FRLANT 69), Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1956; S. HERRMANN, *Geschichte Israels in alttestamentlicher Zeit*, München, Christian Kaiser Verlag, 1973; R. R. ACKROYD, «The History of Israel in the Exilic and Post-Exilic Periods», in G. W. ANDERSON (ed.), *Tradition and Interpretation*, Oxford, Clarendon Press, 1979, pp. 320-350.

(28) L. L. GRABBE (ed.), *Leading the Captivity Captive. 'The Exile' as History and Ideology* (JSOT. Suppl. Series 278 - European Seminar in Historical Methodology 2), Sheffield, Sheffield Academic Press, 1998. Entre os estudos anteriores, assinalo: H. M. BARSTAD, *The Myth of the Empty Land. A Study in the History and Archaeology of Judah During the "Exilic" Period* (Symbolae Osloenses Fase. Suppl. 28), Oslo, Scandinavian University Press, 1996; F. BIANCHI, «I superstiti della deportazione sono là nella provincia» (Neemia 1, 3). 1. Ricerche epigrafiche sulla storia della Giudea in età neobabilonese e achemenide (586 a. C. - 442 a. C.) (Supplemento n. 76 agli *Annali* - vol. 53/3), Napoli, Istituto Universitario di Napoli, 1993; 2. Ricerche storico-bibliche sulla Giudea in età neobabilonese e achemenide (586 a. C. - 442 a. C.) (Supplemento n. 82 agli *Annali* - vol. 55/1), Napoli, Istituto Universitario di Napoli, 1995; R. P. CARROLL, «The Myth of the Empty Land», *Semeia* 59 (1992) 79-93; F. J. GONÇALVES, «El "destierro". Consideraciones históricas», *Estudios Bíblicos* 55 (1997) 431-461; *Id.*, «"L'exil". Remarques historiques», *Théologiques* 7/2 (1999) 105-126.

(29) G. BARKAY, «The Redefining of Archaeological Periods: Does the Date 588/586 B.C.E. Indeed Mark the End of Iron Age Culture?», *Biblical Archaeology Today; 1990. Proceedings of the Second International Congress on Biblical Archaeology, Jerusalem, June - July 1990*, Jerusalem, Israel Exploration Society, 1993, pp. 106-109; *Id.*, «Excavations at Ketef Hinnom in Jerusalem», in H. GEVA (ed.), *Ancient Jerusalem Revealed*, Jerusalem, Israel Exploration Society, 1994, pp. 105-106 (85-106); J. R. ZORN, «Mizpah. Newly Discovered Stratum Reveals Judah's Other Capital», *Biblical Archaeology Review* 23/5 (1997) 28-38, 66.

(30) J. LINVILLE, «Rethinking the 'Exilic' Book of Kings», *JSOT* 75 (1997) 21-42.

(31) J. R. ZORN, «Estimating the Population Size of Ancient Settlements: Methods, Problems, Solutions, and a Case Study», *BASOR* 295 (1994) 31-35 (31-48).

(32) M. BROSHI and I. FINKELSTEIN, «The Population of Palestine in Iron Age II», *BASOR* 287 (1992) 47-60.

(33) M. BROSHI, «The Expansion of Jerusalem in the Reigns of Hezekiah and Manasseh», *IEJ* 24 (1974) 21-26; *Id.*, «La population de Jérusalem», *RB* 82 (1975) 5-14.

(34) Os documentos assírios registam habitualmente o número de deportados ou de prisioneiros feitos pelos reis da Assíria entre os numerosos povos que conquistaram. 200.150 é o segundo número mais elevado. B. ODED, *Mass Deportations and Deportees in the Neo-Assyrian Empire*, Wiesbaden, Dr. Ludwig Reichert Verlag, 1979, pp. 18-32.

(35) F. J. GONÇALVES, *L'expédition de Sennachérib en Palestine dans la littérature hébraïque ancienne* (EB 7), Paris, J. Gabalda, 1986, p. 115; M. de ODORICO, *The Use of Numbers and Quantifications in the Assyrian Royal Inscriptions* (State Archives of Assyria Studies 3), Helsinki, The Neo-Assyrian Texts Corpus Project, 1995, pp. 113-116 e 173-174.

(36) N. NA'AMAN, «Population Changes in Palestine Following the Assyrian Deportations», *Tel Aviv* 20 (1993) 104-124.

<37> 2 R 25,7^a; Jr 52,10^a e 39,6^a.

(38> 2 R 25,18-21^a; Jr 52,24-27^a.

(39) Jr 52,10^b e 39,6^b acrescentam que o rei da Babilónia degolou também todos os notáveis de Judá.

(40) £ WEIDNER, «Jojachin, König von Juda, in babylonischen Keilschrifttexten », *Mélanges Syriens offerts à Monsieur René Dussaud* (Bibliothèque Archéologique et Historique 30), Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1939, II, pp. 923-935.

(41) Datada do décimo terceiro ano de Nabucodonosor (entre Abril de 592 e Março de 591). Nas outras não se conservou a data. O lote de documentos a que pertencem vai do décimo ao trigésimo quinto ano de Nabucodonosor, isto é, de 595/4 a 570/69 a. C.

<42> Comparar a Gadiel (Nm 13,10).

<43> Comp. Chelemyahu/Selemias (Esd 10,41).

(44) Comp. a Semakyahu/Semaquias (1 Cr 26,7); Ostracon de Lakich n° 4, 6 e 11,4(?).

(45) Segundo a maioria dos autores, a LXX representa uma forma do texto anterior ao TM; P.-M. BOGAERT, «Les trois formes de Jérémie 52 (TM, LXX et VL) », in G. J. NORTON and S. PISANO (eds), *Tradition of the Text. Studies offered to Dominique Barthélémy* (OBO 109), Freiburg (Schweiz), Universitätsverlag - Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1991, pp. 1-17; R. F. PERSON, Jr., «II Kings 24, 18-25, 30 and Jeremiah 52: A Text-Critical Case Study in the Redaction History of the Deuteronomistic History», *ZAW* 105 (1993) 174-205. A. ROFÉ, «Not Exile but Annihilation for Zedekiah's People: The Purport of Jeremiah 52 in the Septuagint», in L. GREENSPORN and O. MUNNICH (eds), *VIII Congress of the International Organization for Septuagint and Cognate Studies. Paris 1992* (SBL. Septuagint and Cognate Studies Series 41), Atlanta, GA, Scholars Press, 1995, pp. 165-170, expressa a opinião con-trária.

<46> A. K. GRAYSON, *Assyrian and Babylonian Chronicles* (Texts from Cuneiform Sources 5), Locust Valley, NY, J. J. Augustin, 1975, p. 102.

<47> A palavra «inteira» não se lê na LXX.

<48> A palavra «todos» está ausente da LXX.

(49) L. ALONSO SCHÖKEL (ed.), *Diccionario bíblico hebreo-español*, Madrid, Ed. Trotta, 1994, p. 248. Outros traduzem 'nsyhyt por «guerreiros».

<50> B. STADE, «Wie hoch belief sich die Zahl der unter Nebuchadnezzar nach Babylonien deportierten Juden?», *ZAW* 1 (1884) 271-277.

<51> C. R. SEITZ, *Theology in Conflict. Reactions to the Exile in the Book of Jeremiah* (BZAW 176), Berlin - New York, Walter de Gruyter, 1989, pp. 177-184, pensa que os vv. 13-14 são originais no seu contexto. O v. 14 daria o total aproximativo dos deportados, o v. 16 as suas fracções.

<52> Segundo M. BRETTLE, «2 Kings 24:13-14 as History», *CBQ* 53 (1991) 541-552, os vv. 13-14 destinam-se a insistir na grandeza do infortúnio de Judá e não contêm nenhuma informação histórica sobre o mobiliário do templo ou o número dos deportados.

<53> H. EWALD, *Geschichte des Volkes Israel* III, Göttingen, in der Dieterichschen Buchhandlung, 1866, pp. 794-795 e n. 3.

<54> B. STADE, «Wie hoch belief sich die Zahl ...» (n.50), pp. 275-276; W. RUDOLPH, *Jeremia* (HAT 12), Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1968, pp. 323-325; W. MCKANE, *Jeremiah. Vol. II. Commentary on Jeremiah XXVI-LII* (ICC), Edinburgh, T. & T. Clark, 1966, pp. 1381-1385.

<55> A. MALAMAT, «The Twilight of Judah: in the Egyptian-Babylonian Maelstrom », *Congress Volume. Edinburgh 1974* (VTS 28), Leiden, E. J. Brill, 1975, pp. 133-134 (123-145); M. COGAN and H. TADMOR, *II Kings. A New Translation with Introduction and Commentary* (AB 11), Garden City, N.Y., Doubleday, 1988, pp. 311-312.

(56) J. A. MONTGOMERY, *A Critical and Exegetical Commentary on the Books of Kings* (ICC), Edinburgh, T. & T. Clark, 1951, p. 556; J. BRIGHT, *A History of Israel* (n. 19), p. 328, n. 52, p. 354 e n. 9.

(57) W. HOLLADAY, *Jeremiah 2. A Commentary on the Book of the Prophet Jeremiah Chapters 26-52* (Hermeneia), Minneapolis, Fortress Press, 1989, p. 443; D. R. JONES, *Jeremiah* (NCBC), Grand Rapids, W. B. Eerdmans, 1992, p. 549; G. L. KEOWN, Pamela J. SCALISE, T. G. SMOTHERS, *Jeremiah 26-52* (WBC 27), Dallas, TX, Word Books, 1995, p. 382; H. M. BARSTAD, *The Myth of the Empty Land* (n. 28), pp. 27, 33-34.

(58) G. AHLSTRÖM, *The History of Ancient Palestine from the Palaeolithic Period to Alexander's Conquest* (JSOT. Suppl. Ser. 146), Sheffield, JSOT Press, 1993, p. 798; F. BIANCHI, «*I superstiti della deportazione sono là nella provincia*» (Neemia 1, 3).2. (n. 28), pp. 4-5.

(59) D. J. WISEMAN, *Chronicles of the Chaldaean Kings (626-556 B. C.) in the British Museum*, London, The Trustees of the British Museum, 1956, p. 34.

(60) D. BARTHÉLÉMY, *Critique textuelle de l'Ancien Testament* 2. *Isaïe, Jérémie, Lamentations* (OBO 50/2), Fribourg, Éditions Universitaires - Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1986, pp. 861-862. A mesma explicação deve valer para a diferença de data idêntica no caso da segunda deportação: o décimo oitavo ano de Nabucodonosor, segundo Jr TM 52,29; o décimo nono ano, segundo 2 R 25,8 e Jr 52,12.

(61) 2 R 25,1-21; Jr 52,4-27; 39,1-10 (só os vv. 1-3 na LXX). Não abordo a questão do ano da queda de Jerusalém, 587 ou 586, pois não tem importância para o nosso propósito. Podem ver-se as discussões de H. CAZELLES, «587 ou 586?», in C. L. MEYERS and M. O'CONNOR (eds), *The Word of the Lord Shall Go Forth. Essays in Honor of David Noel Freedman*, Winona Lake, IN, Eisenbrauns, 1983, pp. 427-435 ou G. GALIL, *The Chronology of the Kings of Israel and Judah* (Studies in the History and Culture of the Ancient Near East 9), Leiden, New York, Köln, E. J. Brill, 1996, pp. 108-126.

(62) O paralelo de Jr 39,9ª repete a expressão *w't ytr h'm hns'rym* com que começa. Muitos autores harmonizam o texto com 2 R 25,12 ou com Jr TM 52,15.

<(63) A palavra hebraica *kormîm* (pl. de *korem*) pode ter um sentido mais largo designando, de uma maneira geral, as pessoas que cultivam um horto ou um pomar (*kêrêm*), com várias espécies de árvores de fruto, nomeadamente videiras.

(64) B. DUHM, *Das Buch Jeremia* (KHC XI), Tübingen und Leipzig, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1901, p. 381; J. P. HYATT, *The Book of Jeremiah* (IB 5), New York and Nashville, 1956, p. 1141; E. W. NICHOLSON, *Jeremiah 26-52* (The Cambridge Bible Commentary), Cambridge, Cambridge University Press, 1975, p. 137 e 234; J. BRIGHT, *A History of Israel* (n. 19), p. 331; D. J. WISEMAN, *Nebuchdrezzar and Babylon* (The Schweich Lectures 1983), Oxford, 1985, pp. 38-39; R. P. CARROLL, *Jeremiah. A Commentary* (OTL), London, SCM Press, 1986, pp. 869-870; J. M. MILLER and J. H. HAYES, *A History of Ancient Israel and Judah*, London, SCM Press, 1986, p. 425; C. R. SEITZ, *Theology in Conflict* (n. 51), pp. 71, 217 e 285-286.

(65) Jr 40, 8 e 43,2 mencionam também o seu irmão Jónatas.

(66) Em Jr 40,8 o netofateu não é Seraías, filho de Tanumet, mas Eyfay (Q) o 'wpy (K), personagem que não consta em 2 R 25,23.

(67) Conhece-se uma bula de «Ismael, filho do rei». Se é a pessoa a que se referem Jr 40-41 e 2 R 25,22-26), Ismael teria sido, além de membro da família real, funcionário régio. G. BARKAY, «A Bulla of Ishmael, the King's Son», *BASOR* 290-291 (1993) 109-114.

(68) A opinião corrente foi há pouco contestada por D. S. VANDERHOOF, *The Babylonian Empire and Babylon in the Latter Prophets* (Harvard Semitic Monographs 59), Atlanta, GA, Scholars Press, 1999, pp. 9-114.

<69> Jr 39,11-14 (na LXX, só o v. 14) e 40,1-6.

(70) F. J. GONÇALVES, «Isaías e Jeremias. Dois “profetas” face à política internacional de Judá», *Cadmo* 8/9 (1998-1999) 9-28.

<71> Num estudo piloto, J. R. ZORN, «Estimating the Population Size of Ancient Settlements: Methods, Problems, Solutions, and a Case Study», *BASOR* 295 (1994) 31-48, conclui que Tell en-Nasbeh, geralmente identificado com Mispá, a sede de Godolias, tinha provavelmente de 800 a 1000 habitantes antes do período babilónico e só de 400 a 500 no período babilónico.

<72> A. ALT, «Die Role Samariás bei der Entstehung des Judentums» (1934), *Kleine Schriften zur Geschichte des Volkes Israel*, II, München, C. H. Beck, 1953, pp. 316-337; ID., «Zur Geschichte der Grenze zwischen Judäa und Samaria» (1935), *ibidem*, pp. 346-362.

(73) Segundo D. J. WISEMAN, *Nebuchadrezzar and Babylon* (n. 59), pp. 38-39, Judá foi província entre 587/6 e 582/1, altura em que foi anexada à província de Samaria.

<74> Uma das defesas mais recentes da opinião geral deve-se a N. NA'AMAN, «Royal Vassals or Governors? On the Status of Sheshbazzar and Zerubbabel in the Persian Empire», *Henoch* 22 (2000) 35-44.

<75> O verbo *pqd* tem o significado fundamental de «inspeccionar, vigiar». Na maioria dos usos em relação com Godolias, o hifil *hpqyd* tem Godolias como complemento directo e significa «constituir, estabelecer, nomear, dar ou conferir o poder», sem explicitar de que poder ou função se trata. Em Jr 41,10, *hpqyd* expressa a acção de «confiar a», ou «entregar à guarda de». Nabucodonosor confia a Godolias o resto do povo e as *b^{en}ót hammelek*. Conhecem-se duas bulas com o nome Godolias: «de/pertencente a Godolias, servidor do rei» (*Igdlyhw 'bd hmlk*), «de/pertencente a Godolias, mordomo do palácio real» (*Igdlyhw 'sr 7 hbyt*). Repare-se que o livro de Jeremias menciona além do filho de Aicam, outro Godolias, filho de Pachur, membro de outra família importante de Jerusalém (38,1). Pertencem ambas as bulas à mesma pessoa em dois momentos da sua carreira? Tratar-se-á do filho de Aicam nos dois casos ou pelo menos num? Admite-se geralmente que Godolias, o «mordomo do palácio real», cuja bula foi achada em Lakich, é o filho de Aicam. Nesse caso, a bula informaria que Godolias foi alto funcionário da corte de Judá mas não diria nada sobre o seu estatuto depois de 587/6. Sobre as bulas, pode ver-se P. BORDREUIL, «Sceaux inscrits des pays du Levant», in *DBS* XII, 1992, cc. 186 e 188 (86-211).

<76> J. M. MILLER and J. H. HAYES, *A History of Ancient Israel and Judah* (n. 64), pp. 421-424; P. R. DAVIES, *In Search of 'Ancient Israel'* (JSOT. Supl. Series 148), Sheffield, JSOT Press, 1992, p. 79, n. 4. A ideia de que Godolias tinha o título de rei havia sido sugerida por P. R. ACKROYD, «The History of Israel in the Exilic and Post-exilic Periods» (n. 27), pp. 324-325.

<77> D. S. VANDERHOOF, *The Neo-Babylonian Empire and Babylon in the Latter Prophets* (n. 68), pp. 110-112, pensa que os Babilonios só deportavam da periferia para o centro do império.

<78> Segundo Jr 43,6, as *b^{en}ót hammelek* são uma das categorias de pessoas que João e os demais chefes militares levaram para o Egipto.

<79> Cf. 2 Sm 3,7-11; 12,8; 16,20-22; 1 R 2,22. O argumento foi invocado por P. R. ACKROYD, «The History of Israel in the Exilic and Post-exilic Periods» (n. 27), p. 325, n. 13. Ackroyd reconhece devê-lo a uma sugestão privada de N. Lohfink.

(80) Chamado Evil Merodac em 2 R 25,27 e Jr 52,31.

<⁸¹> 2 R 25,27-30 e Jr 52,31-34.

(82) Sobre a data do acontecimento, veja-se B. BECKING, «Jehojachin's Amnesty ...» (n. 13), pp. 283-293.

<⁸³> E. ZENGER, «Die deuteronomistische Interpretation der Rehabilitierung Jojachins», *BZ* 12 (1968) 16-30; J. D. LEVENSON, «The Last Four Verses in Kings», *JBL* 103 (1984) 353-361.

(84) Conhece-se a lista das suas diferentes categorias graças a um prisma de Nabucodonosor. A quinta e última categoria de dignitários é constituída pelos reis vassalos. Na inscrição conservaram-se os nomes de Tiro, Gaza, Sídón, Arvad e Asdod. E. UNGER, *Babylon. Die heilige Stadt nach der Beschreibung der Babylonier*, Berlin und Leipzig, Walter de Gruyter, 1931, pp. 282-294.

(85) P. SACCHI, «L'esilio e la fine della monarchia davidica», *Henoch* 11 (1989) 139-142 (131-148); F. BIANCHI, «I superstiti della deportazione sono là nella provincia » (*Neemia* 1, 3). 2 (n. 28), pp. 8-9.

(86) A respeito das dificuldades da genealogia de Zorobabel, veja-se Sarah JAPHET, *I & II Chronicles. A Commentary* (OTL), Louisville, Kentucky, Westminster/John Knox, 1993, p. 100.

(87) No livro de Ezequiel, o título de *nsy'* (príncipe) parece aplicar-se ao descendente de David.

<⁸⁸> Hipótese proposta por E. MEYER, *Die Entstehung des Judentums. Eine historische Untersuchung*, Halle A. S., Niemeyer, 1896, pp. 76-77. Embora vários autores a aceitem, a hipótese é muito discutida.

m n. aviGAD, *Bullae and Seals from a Post-Exilic Judean Archive* (*Qedem* 4), Jerusalem, Israel Exploration Society, 1976, pp. 30-36.

(90) J. LIVER, «The Return from Babylon. Its Time and Scope», *B. Mazar Volume* (EI 5), Jerusalem, 1958, pp. 114-119 (em neo-hebraico) e p. 90* (resumo em inglês).

(91) P. SACCHI, «L'esilio e la fine della monarchia davidica», *Henoch* 11 (1989) 131-148; F. BIANCHI, «Zorobabele re di Giuda», *Henoch* 13 (1991) 133-150; *Id.*, «Le rôle de Zorobabel et de la dynastie davidique en Judée du Vie siècle au Iie siècle av. J.-C.», *Transeuphratène* 7 (1994) 153-165.

<⁹²> L. CAGNI, «Le fonti mesopotamiche dei periodi neo-babilonese, achemenide e seleucide (VI-III sec. a. C.)», *RivBib* 34 (1986) 11-46 (11-53).

(93) B. ODED, «Observations on the Israelite/Judean Exiles in Mesopotamia During the Eighth-Sixth Centuries BCE», in K. VAN LERBERGHE and A. SCHOORS (eds), *Immigration and Emigration within the Ancient Near East. Festschrift E. Lipinski* (OLA 65), Leuven Uitgeverij Peeters en Departement Oriëntalistiek, 1995, pp. 205-212; B. ODED, «The Settlements of the Israelite and the Judean Exiles in Mesopotamia in the 8th-6th Centuries BCE», in G. GALIL and M. WEINFELD (eds), *Studies in Historical Geography and Biblical Historiography Presented to Zechariah Kallai* (SVT 81), Leiden-Boston-Köln, Brill, 2000, pp. 91-103.

(94) Os dois primeiros grandes agentes da reorganização da comunidade judaica da Palestina promovida pelos Persas têm nomes mesopotâmicos: Sesbaçar, nome acadico teofórico *Chamach-aba-uçur*, «Chamach proteja o pai » (P.-E. DION, «ssbsr and ssnwry», *ZAW* 95 [1983] 111-112); Zorobabel, em acadico *zer-babili* «Rebento ou Semente de Babel».

(95) Chalamyama, um dos Judeus que recebia azeite da fazenda pública era jardineiro. Constan nas listas carpinteiros de Arvad, Biblos e Grécia.

<⁹⁶> Ez 1,1.3; 3,15.23; 10,15.20.22; 43,3.

(97) R. ZADOK, «Notes on Syro-Palestinian History, Toponymy and Anthroponymy», *Ugarit-Forschungen* 28 (1996) 727 (721-749).

(98) Também Ez 11,6.

("> Dt 12,5; 1 R 8,29.

(100) L. E. BROWNE, «A Jewish Sanctuary in Babylonia», *JTS* 17 (1916) 400-401.

(101) P. R. ACKROYD, *Israel under Babylon and Persia* (The New Clarendon Bible. Old Testament 4), Oxford, University Press, 1970, pp. 26-27; H. G. M. WILLIAMSON, *Ezra-Nehemiah* (n. 16), p. 117; J. BLENKINSOPP, *Ezra-Nehemiah* (n. 16), p. 166.

("0> P. R. ACKROYD, «Historians and Prophets», *SEÁ* 33 (1968) 37-54.

<¹⁰³> 2 R 25,23; Jr 40,7-8.

<¹⁰⁴> Jr 40,11-1243,5 ;-.

<¹⁰⁵> 2 R 25,25-26 e Jr 41,16-44,30.

(106) G. BARKAY, «Excavations at Ketef Hinnom in Jerusalem» (n. 29), pp. 93-106.

<¹⁰⁷> G. BARKAY, «The Redefining of Archaeological Periods ...» (n. 29), pp. 106-109.

(108) 2 R 25,12; Jr 52,16 e Jr TM 39,10. R. ALBERTZ, *Religionsgeschichte Israels in alttestamentlicher Zeit, 1. Von den Anfängen bis zum Ende der Königszeit*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1992, pp. 372-373, vê nessa «reforma agrária» uma tentativa de realização do ideal social deuteronomico promovido por Godolias. Teria fracassado por causa do assassinio de Godolias. J. N. GRAHAM, «"Vinedressers and Plowmen". 2 Kings 25:12 and Jeremiah 52:16», *BA* 47 (1984) 55-58, pensa que os vinhateiros e os lavradores eram trabalhadores de explorações agrícolas oficiais babilônicas.

<¹⁰⁹> R. ALBERTZ, *Religionsgeschichte Israels in alttestamentlicher Zeit. 2. Vom Exil zu den Makkabäern*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1992, pp. 377-379.

<¹¹⁰> 2 R 25, 8 e Jr 52,13.

<¹¹¹> 2 R 25,13-17 e Jr 52,17-23.

<¹¹²> 2 R 25,18.21^a e Jr 52,24.27^a.

(113) T. VEIJOLA, *Verheissung in der Krise. Studien zur Literatur und Theologie der Exilszeit anhand des 89. Psalms* (AASF B 220), Helsinki, 1982, p. 200; J. M. MILLER and J. H. HAYES, *A History of Ancient Israel and Judah* (n. 64), p. 426; J. BLENKINSOPP, «The Judean Priesthood ...» (n. 24), pp. 25-43.

<¹¹⁴> Jr 42,16-18.22; 44,7.12-14.27-28.

(115) Sobre o carácter secundário desses textos do livro de Jeremias, podem ver-se, por exemplo, K.-F. POHLMANN, *Studien zum Jeremiabuch. Ein Beitrag zur Frage nach der Entstehung des Jeremiabuches* (FRLANT 118), Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1978, pp. 19-47; W. MCKANE, *A Critical and Exegetical Commentary on Jeremiah. I. Introduction and Commentary on Jeremiah I-XXV* (ICC), Edinburgh, T. & T. Clark, 1986, pp. 605-617; *Id.*, *A Critical and Exegetical Commentary on Jeremiah. II* (n. 54), pp. 726-748; H.-J. STIPP, «Jeremia 24: Geschichtsbild und historischer Ort», *JNSL* 25 (1999) 151-183.

(116) N. LOHFINK, «Die Gattung der «Historische Kurzgeschichte» in den letzten Jahren von Juda und in der Zeit des Babylonischen Exils», *ZAW* 90 (1978) 331-342 (319-347). O autor tem por secundários Jr 39,1-2.4-10 e 40,7-21.

(117) K.-F. POHLMANN, *Studien zum Jeremiabuch* (n. 115), pp. 48-225.

(118) C. R. SEITZ, *Theology in Conflict* (n. 51), pp. 203-296.

(119) H.-J. STIPP, *Jeremia im Parteienstreit. Studien zur Textentwicklung von Jer 26, 36-43 und 45 als Beitrag zur Geschichte Jeremias, seines Buches und jüdischer Parteien im 6. Jahrhundert* (Athenäums Monografien: Theologie 82 - BBB), Frankfurt am Main, Anton Hain, 1992, pp. 207-284.

<120> Jr 34,7; 37,3. 6. 9-10; 38,1.3-17.21-22. 28; 39,3.14*.

<121> Jr 40,13-14; 41,1-2.4-15.

<122> Jr 37, 4-5.7-8.11-21; 38, 18-20.23-27; 40, 7-12.15-16; 41, 16-18; 42, 1-9. 11-16; 43, 1-2; 42, 19-22*; 43, 4-7b*.

(123) H.-J. STIPP, «Die Hypothese einer schafanidischen (patrizischen) Redaktion des Jeremiabuches. Zum Beitrag von Harald Martin Wahl in *ZAW* 3/1998», *ZAW* 111 (1999) 416-418.

(124) No seu estudo fundamental de 1943, Noth propôs datar a composição da História Deuteronomista de cerca de 560 a. C. e situá-la em Mispá ou em Betel, onde o acesso às fontes seria mais fácil do que na Babilónia. A sugestão de Noth foi geralmente aceite durante cerca de duas décadas. A hipótese relativa à História Deuteronomista, à qual a maioria dos exegetas associa o livro de Jeremias, está actualmente muito fragmentada. No tocante à sua origem, as opiniões dividem-se entre Judá e Babilónia ou os dois lugares ao mesmo tempo. Seja como for, a objecção corrente contra a origem palestinense tirada da pretensa incultura da população que ficou em Judá é infundada. O requinte literário e teológico das *Lamentações*, cuja origem palestinense é geralmente reconhecida, não fica a dever nada ao da História Deuteronomista.